



EDUCAÇÃO E UM NOVO PROJETO DE
DESENVOLVIMENTO NACIONAL

29 e 30 de maio de 2010 - São Paulo

1 **CONJUNTURA NACIONAL E INTERNACIONAL**

2
3 O XIV Conselho Sindical da CONTEE tem como objetivo debater e aprovar resoluções sobre
4 Conjuntura Política e Econômica tendo como temas centrais: “Um Projeto de Desenvolvimento
5 para o Brasil; e Conjuntura educacional – Um Projeto de Reforma para a Educação Brasileira”.

6
7 Assim, este texto se propõe a fornecer subsídios aos representantes que participarão do
8 Consind referente à análise de Conjuntura Nacional e Internacional. A presente elaboração se
9 referencia nos documentos mais recentes do Instituto Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA),
10 da Coordenação dos Movimentos Sociais, das Centrais Sindicais brasileiras e, em especial, do
11 último Congresso da CONTEE.

12 **CONJUNTURA INTERNACIONAL:**

13 A economia capitalista passa por um período de crise mundial, considerada a mais grave crise
14 desde 1929. É uma crise estrutural que explora os trabalhadores e ao mesmo tempo
15 concentradora de capitais, condenando milhões à fome e à miséria.

16
17
18 Este sistema, desde as últimas décadas do século XX, tem se guiado por políticas de
19 liberalização financeira e comercial. O resultado desta política sem controle levou o mundo a
20 um processo de financeirização sem limites, construindo um fosso entre a riqueza produzida na
21 forma de papéis e a riqueza real alcançada pela produção e pelo trabalho.

22
23 Os responsáveis por essa crise internacional são aqueles que implementaram em vários
24 países do mundo, inclusive no Brasil no governo do PSDB/DEM – liderado pelo presidente
25 Fernando Henrique Cardoso, as políticas neoliberais do Consenso de Washington. Esse
26 modelo de Estado mínimo, privatizações, absolutos privilégios ao capital especulativo e
27 financeiro, ataques aos direitos trabalhistas e desregulamentação das relações de trabalho, da
28 lógica de que o mercado resolveria tudo, desmoronou. A atual crise financeira expôs as
29 contradições intrínsecas a esse modelo e quebrou as certezas e a hegemonia do mercado
30 como um deus regulador das relações comerciais e sociais.

31
32 Neste contexto, os valores representados por esse sistema passam a ser questionados pela
33 sociedade. Assim, “o capitalismo predatório”, que destrói o meio ambiente causando graves
34 desequilíbrios climáticos, que desrespeita os povos de todo o mundo e suas soberanias, que
35 explora o trabalhador e desestrutura o mundo do trabalho, que exclui, discrimina, oprime e



36 marginaliza jovens, mulheres, homossexuais e negros (as), mercantiliza a educação, saúde e
37 cultura é agora visto com ressalvas (IPEA).

38

39 Abre-se, assim, uma janela enorme de possibilidades para a criação de novos projetos e
40 propostas, colocando os movimentos sociais em situação mais favorável para travar a luta. A
41 possibilidade de se rediscutir o ordenamento mundial, a nova fase da geopolítica mundial, os
42 rumos da sociedade coloca em destaque o papel do Estado, que volta a ser o grande
43 instrumento de fomentação do desenvolvimento dos países.

44 **O Bric e a delicada transição para uma nova ordem mundial**

45 Não restam dúvidas de que o mundo ingressou numa delicada fase de transição, que decorre
46 objetivamente das alterações na correlação de forças no plano da economia política,
47 promovidas pelo desenvolvimento desigual das nações. Tal movimento tem sido respaldado
48 pela mudança do cenário político que se verifica na América Latina e em outras regiões do
49 planeta.

50 A crise econômica mundial realçou a decadência americana e acelerou o processo de
51 desenvolvimento desigual e deslocamento do poder do Ocidente para o Oriente. Corrompida
52 pelo parasitismo social e a cada dia mais dependente de trabalho e capital alheios para manter
53 um estilo de vida perdulário e insustentável, a economia americana apresentava notórios
54 sintomas de decadência, que se agravaram ao longo dos anos.

55

56 Os Estados Unidos perderam terreno na ingrata corrida do desenvolvimento desigual. Ao
57 mesmo tempo, constata-se a vertiginosa ascensão do chamado “socialismo de mercado”
58 chinês. Ao lado da China e estimulados por seu extraordinário crescimento, emergiram outras
59 economias de peso no cenário internacional e aqui cabe destacar as nações que compõem o
60 BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) e IBAS (Índia, Brasil e África do Sul). A recuperação da
61 economia mundial já não depende nem pode depender das potências ocidentais. O BRIC
62 respondeu por mais de 50% do crescimento global nos últimos anos.

63 É deste processo de desenvolvimento (desigual) das nações que emana objetivamente a
64 necessidade de uma transição para uma nova ordem geopolítica, que forçosamente terá de
65 corresponder ao novo equilíbrio de forças. Embora mantenham uma forte supremacia na esfera
66 militar, os EUA já não reúnem condições econômicas, políticas e morais de dar ordens e impor
67 sua vontade ao resto do mundo.



68
69 BRIC e IBAS colocaram o dedo nesta ferida e abriram uma agenda carregada de temas como
70 um novo sistema monetário internacional, com a substituição do padrão dólar no comércio
71 exterior, o direito das nações ao desenvolvimento da tecnologia nuclear, a reforma da ONU, do
72 FMI e do Banco Mundial, entre outros. Caminha-se para a busca de soluções multilaterais
73 reforçando órgãos como o G20.
74
75 Não é demais alertar que a transição não está dada, não será pacífica e tampouco se realizará
76 em curto prazo, pois nosso vizinho, ao Norte, não pretende abrir mão da hegemonia e, apesar
77 do assombroso déficit fiscal, continua investindo pesado na ampliação do poderio militar para
78 preservar posições. Nesta nova ordem, o Brasil pode desempenhar, e em certa medida já está
79 desempenhando, um grande papel.
80
81 Os avanços frustrados na rodada de negociações da Organização Mundial do Comércio e os
82 atentados de 11/09/2001, por sua vez, fizeram do globo um novo campo de conflitos e tensões.
83 Os países mais desenvolvidos têm claras dificuldades de manobrar o sistema multilateral para
84 satisfazer seus interesses econômicos. Na África, um continente rico em recursos naturais, os
85 conflitos são exacerbados e grande parte da população vive em situação de miséria. No Iraque,
86 Afeganistão e Paquistão, os EUA e imperialistas europeus continuam a sua ocupação e as
87 operações militares. Ameaçam o Irã e as Repúblicas da antiga União Soviética, colocando em
88 risco a estabilidade e a paz mundial.
89
90 Nas Américas, a proposta norte-americana de uma área de livre comércio para o capital,
91 desvinculada da contrapartida de mobilidade do fator trabalho, foi jogada no limbo. No entanto,
92 a promoção do Golpe em Honduras, em 2009, contra Chaves, em 2002, a desestabilização de
93 Lugo no Paraguai, a tentativa de Golpe contra o Lula, em 2005, são as demonstrações da
94 hegemonia capitalista e das forças neoliberais. O resultado das eleições do Chile é mais uma
95 dessas manifestações. Na Colômbia, nos últimos cinco anos, mais de 210 sindicalistas foram
96 assassinados e o país está se transformando numa base militar dos EUA. Privatizações, os
97 ataques a segurança social, a reduções de salários e das pensões são uma estratégia comum
98 para governos neoliberais como também para os social democratas.

99 É preciso também considerar que embora o povo estadunidense tenha elegido Barack Obama
100 em um grande movimento de massas, carregando consigo as esperanças de superar a era
101 Bush, o imperialismo continua sendo imperialismo. Os EUA crescem seu olho diante das



102 grandes riquezas naturais do nosso continente, como a recente descoberta do Pré-sal. No
103 mesmo momento em que os EUA reativam a quarta frota marítima também instalam mais
104 bases militares na Colômbia e no Panamá, além de insistir no retrógrado bloqueio a Cuba.

105 Ao mesmo tempo, as elites se utilizam e fortalecem novos instrumentos de dominação. Sua
106 principal arma hoje é a grande mídia e os monopólios de comunicação. Esses organismos
107 funcionam como verdadeiros porta-vozes das elites conservadoras e golpistas. Por isso,
108 ganham força os movimentos de cultura livre e as rádios e jornais comunitários que conseguem
109 driblar o monopólio midiático.

110 Nesta conjuntura, cresce a consciência quanto à gravidade dos problemas ambientais, em
111 suas várias dimensões. Para além da poluição do solo, das águas doces e mares, da redução
112 das florestas da biodiversidade e eliminação de biomas importantes para o equilíbrio da vida,
113 agregou-se, em velocidade não esperada, o aquecimento global.

114
115 A classe trabalhadora responde com iniciativas e lutas, traçando novos caminhos de luta, na
116 perspectiva da unidade e da lutas de classes. Verifica-se em vários países greves, a exemplo
117 da Grécia, Portugal e Turquia, com a participação de milhares de grevistas. Destaque a
118 participação de jovens e mulheres, as manifestações no Paquistão contra a exploração do
119 trabalho infantil, lutas dos professores e eletricitistas no México, dos pescadores e mineradores
120 do carvão do Chile, dos trabalhadores metalúrgicos do Peru, dos trabalhadores da construção,
121 na França, dos trabalhadores imigrantes nos EUA, dos trabalhadores dos transportes aéreos e
122 da indústria dos automóveis, dos trabalhadores da indústria petrolífera e administração pública.

123 **América Latina e o neodesenvolvimentismo**

124 Nos países latino-americanos, candidatos não identificados com as idéias prescritas pelo
125 Consenso de Washington foram eleitos. Os debates quanto às alternativas dos países da
126 região ressurgem. A retomada do desenvolvimentismo, por sua vez, se preocupa em não
127 repetir erros do passado. Trata-se de um grande desafio intelectual. Como mobilizar forças
128 sociais e políticas para um novo projeto de desenvolvimento econômico democrático e
129 sustentável, pelas vias das inovações institucionais, apresenta-se como a grande questão.
130 Uma nova agenda de desenvolvimento, integradora de questões relativas aos complexos
131 processos de integração econômica regional, de sociedades retardatárias fortalecer a política
132 de unificação dos países da America Latina não é tarefa fácil e se torna um grande desafio. não
133 é tarefa fácil e se torna um grande desafio.



134 **CONJUNTURA NACIONAL:**

135 **A crise mundial e a disputa de projetos no Brasil**

136 No Brasil, a política neoliberal foi derrotada nas eleições de 2002 e 2006, levando ao poder um
137 governo de caráter popular e democrático, que ao longo desse período, passou a acusar
138 importantes sinais de transição para o modelo social-desenvolvimentista. A identificação básica
139 de que o Estado faz parte das soluções dos problemas existentes não implicou reproduzir os
140 traços do velho modelo nacional desenvolvimentista vigente entre as décadas de 1930 e 1970.
141 Pelo contrário. De um lado, pela reafirmação da soberania nacional, o que exigiu uma profunda
142 reorientação da inserção internacional, com a passagem da condição brasileira de devedor
143 para a de credor de organismos multilaterais (FMI), a formação de significativas reservas
144 externas e o redirecionamento do comércio externo e cooperação técnica para o âmbito das
145 relações Sul-Sul. Assim, as crises externas deixaram de expor a sociedade brasileira às
146 mesmas dificuldades observadas durante a vigência passada do modelo neoliberal.

147 O momento atual é especialmente interessante e desafiador para o Brasil, pois enquanto nos
148 países do capitalismo central a crise financeira internacional continua a provocar sérios
149 problemas como aqueles observados no mês de abril na Europa, aqui os níveis de atividade
150 econômica retomam patamares semelhantes àqueles presentes no pré-crise. Recentemente, o
151 Brasil foi palco de dois importantes encontros. Dirigentes do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e
152 China) e do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) estiveram reunidos em Brasília para reforçar os
153 laços econômicos e políticos que unem estes países e debater iniciativas e caminhos na
154 direção de uma nova ordem mundial. Neste encontro, foram celebrados relevantes acordos e
155 parcerias entre os membros dos dois grupos.

156 A liderança do Brasil na cena internacional se consolida e o cacife dos países emergentes
157 aumenta. O Brasil soube buscar aliados – Rússia, China, Turquia, França, África do Sul – para
158 abrir um espaço de negociação política, que se revelou possível e correto. A posição brasileira
159 de que os EUA – e outras potências – possuindo imensos arsenais nucleares, não tinham
160 moral para buscar acordos que limitem a disseminação de armamento nuclear, abre caminho
161 para outras iniciativas de paz. Em Israel e na Palestina, Lula deixou claro que os EUA não são
162 os bons negociadores para a paz na região, tanto porque são parte integrante do conflito, ao
163 definir a Israel como seu aliado estratégico, como porque fracassaram ao longo do tempo, sem
164 que se tenha obtido a concretização do acordo da ONU de garantir a existência de um Estado
165 palestino nas mesmas condições do Estado israelense. É também inquestionável para a



166 estabilidade mundial o acordo fechado em Teerã, no dia 17 de maio de 2010, conduzido pelo
167 Brasil. No entanto, a reação das grandes potências ao insistir nas sanções ao Irã é
168 demonstrativo dos grandes desafios colocados na luta pela paz mundial.

169 O merecido reconhecimento internacional projeta de vez o Brasil como um novo sujeito em
170 negociações de paz, como país que contribui efetivamente para sairmos de um mundo
171 unipolar, sob hegemonia imperial de uma única super potência (Emir Sader, 2010). Na América
172 Latina, a existência de um bloco de governos de esquerda e progressista pode contribuir para
173 que as saídas para a crise sejam determinadas pela correlação de forças internas e não pela
174 intervenção estrangeira.

175 Graças às escolhas políticas nacionais – que têm se voltado para a recuperação dos mercados
176 internos – e definição do processo de integração sub-regional e regional, como base para uma
177 política externa mais independente, os países do Mercosul podem apresentar hoje uma
178 posição de mais estabilidade, avanços sociais e integração política continental. Situação
179 semelhante se verifica em outros países da América Latina que mantiveram uma política forte
180 de intervenção estatal na economia, priorizando a manutenção do desenvolvimento e políticas
181 de inclusão social. O reforço e ampliação destas políticas, juntamente com ampliação do
182 mercado interno e regional, avançando na construção de um bloco econômico, social e político,
183 são frentes nas quais os sindicatos podem e devem desempenhar um importante papel.

184 No Brasil, o avanço do sistema produtivo permitiu a expansão econômica nacional anual na
185 média de 4,2%, bem como a queda da despesa pública com a financeirização da riqueza para
186 quase 2 pontos percentuais do PIB, inferiores aos vigentes durante o predomínio do modelo
187 neoliberal. Com isso, houve tanto a ampliação no gasto social para 22% do PIB (quase 3
188 pontos percentuais a mais do que nos anos 1990), como o atendimento de mais de 1/3 da
189 população brasileira com mecanismos de garantia mensal de renda. O crescimento econômico
190 ocorreu porque, além manter o equilíbrio macroeconômico, onde o controle da inflação é um
191 elemento muito importante, o País recuperou a capacidade de investimento do Estado,
192 ampliando a infra-estrutura produtiva e social.

193 Uma clara política de renda com a valorização do salário mínimo – aumento real de mais de
194 53% desde 2004, de transferência de renda – 11 milhões de famílias beneficiárias da bolsa
195 família, geração de emprego – são mais de 12 milhões de empregos formais gerados desde
196 2003, ampliação do crédito consignado, entre outros, trouxeram para o mercado de consumo
197 milhões de brasileiros antes excluídos. A economia do País ganhou nova dinâmica e passou a



198 rodar com a força do poder de consumo dos trabalhadores da base da pirâmide social. O
199 resultado social se mostrou evidente, com a queda na taxa de pobreza para menos de 1/3 da
200 população e a desigualdade de renda do trabalho abaixo de 0,40 do índice de Gini nas regiões
201 metropolitanas. (IPEA)

202 No entanto, em que pesem estes avanços, as reformas estruturais tais como: a política, a
203 tributária, a agrária, a educacional e do judiciário, o que ocasionou uma exacerbação do
204 judiciário sobre as decisões políticas (judicialização da política) acarretando na criminalização
205 dos movimentos sociais e colocando uma camisa de força no movimento social, não foram
206 realizadas e a grave desigualdade social em nosso País está longe de ser resolvida – o que
207 impede os avanços da democracia. A recente volta da mobilidade social, que inclui no
208 consumo de massa milhões de brasileiros e transforma a antiga figura da pirâmide social numa
209 nova, parecida com uma pêra, mostra ser fruto do avanço do ainda incompleto social
210 desenvolvimentismo. Os próximos anos, se este modelo for mantido e aprofundado, poderão
211 indicar o quanto pode ser reduzida a distância que separa o país real daquele que os
212 brasileiros acreditam realmente que possa vir a ser (Pochmann, 2009).

213 Esta mudança de governo possibilitou aos movimentos sociais uma nova política de
214 enfrentamento de classe, onde as relações de governo e sociedade desenvolveram mudanças
215 de paradigmas, principalmente no que toca à produção e ao emprego, que neste momento de
216 crise mundial conseguiu evitar uma crise de proporção maior no Brasil. Não há dúvida de que a
217 relação do movimento sindical com o governo Lula avançou bastante em relação ao governo
218 FHC. Apesar dos avanços, o movimento sindical vive um paradoxo no Governo Lula. De um
219 lado, a judicialização: a justiça do trabalho e o MP intervêm na maioria das greves
220 considerando-as legais, arbitrando multas as entidades sindicais. A emenda 45 retira o direito
221 dos sindicatos recorrerem a justiça do trabalho, caso a negociação se frustrar com o
222 entendimento que sempre deverá ter o “comum acordo”. Outro fato muito importante e
223 imprescindível para o avanço da classe trabalhadora é o direito de organização por local de
224 trabalho que o movimento sindical não conseguiu nos 08 anos do governo Lula. Os exemplos
225 são muitos e basta citar alguns: no governo anterior, a linha política adotada era a da
226 criminalização dos movimentos sociais, o desrespeito ao movimento sindical, a não criação de
227 espaços de negociação, o ataque aos direitos dos trabalhadores e a organização sindical. Por
228 outro lado, no Governo Lula, temos inúmeros exemplos do respeito aos movimentos sociais, a
229 criação de espaços de negociação, como no acordo do Salário Mínimo, no reconhecimento das
230 Centrais Sindicais, nas Conferências nacionais e outros.

231



232 Mas essa boa relação não significa que todas as nossas reivindicações são aceitas. Por isso, a
233 importância do fortalecimento das nossas organizações sindicais, da mobilização e da pressão
234 sobre o governo para o atendimento das nossas reivindicações. Afinal, temos que aplicar na
235 prática os princípios da liberdade e autonomia sindical.

236

237 Por isso, a melhor resposta para a complexidade do momento é a defesa de um projeto de
238 nação com desenvolvimento econômico, democrático e social com valorização do trabalho e
239 taxação das grandes fortunas, emprego, geração de renda e a defesa dos direitos da classe
240 trabalhadora, com a participação da sociedade no controle as diversas esferas econômicas e
241 sociais.

242 **As eleições de 2010 e os trabalhadores**

243 Nesse sentido, o processo eleitoral brasileiro de 2010 colocará novamente em disputa duas
244 concepções política-econômico-social, onde o avanço da classe trabalhadora, nos últimos
245 anos, pode ser destruído por uma concepção política de Estado Mínimo, de arrocho salarial e
246 concentrador de renda.

247 A construção de uma agenda cidadã e de classe, neste momento eleitoral, é fundamental para
248 ampliar as conquistas e consolidar uma política sindical que busque garantir respostas
249 contundentes do povo brasileiro na defesa da redução dos juros e da jornada de trabalho sem
250 redução de salário, de investimentos na reforma agrária, na geração de empregos, valorização
251 dos salários, regulamentação social do Pré-sal e a garantia de direitos.

252 Sabemos que essas conquistas virão da luta do povo organizado. Por isso, é fundamental
253 promover os debates nos Estados, Municípios e diversos segmentos sociais no intuito de tornar
254 público o Projeto Nacional e Popular dos Movimentos Sociais e a Plataforma dos
255 Trabalhadores que serão aprovadas, como instrumento de proposição, que visa enfrentar as
256 disputas eleitorais e implantar continuamente as pautas defendidas pelo movimento sindical e
257 social organizado. A convocatória elaborada pelas centrais para a Conferência Nacional da
258 Classe Trabalhadora, com o intuito de mobilizar os sindicatos de todo o país a irem à São
259 Paulo/SP, com a finalidade de aprovar uma plataforma que será entregue aos candidatos a
260 presidência do Brasil, reforça o caráter político do encontro, ao lembrar a importância das
261 eleições deste ano para o futuro da nação.



262 “As eleições gerais de 2010 serão um momento decisivo para o país e para a democracia que
263 estamos construindo, pois se realizarão num quadro político singular, caracterizado pelo
264 crescimento sustentado da economia, pelo regime de amplas liberdades democráticas e pela
265 afirmação do papel propositivo do movimento sindical e da classe trabalhadora, possibilitado
266 por um largo processo de unidade de ação entre as centrais sindicais”, destaca o documento,
267 enviado para todos os sindicatos.

268 É cada vez mais nítido o crescimento e o protagonismo da classe trabalhadora nas decisões
269 fundamentais para o futuro do País. Cientes dessa evolução, as centrais sindicais pretendem, a
270 partir da Conferência, intensificar o diálogo com todos os setores da sociedade brasileira, de
271 modo a ampliar as conquistas obtidas ao longo dos últimos anos.

272 O campo político não é definido pela vontade das pessoas. Ele tem uma objetividade, resultado
273 dos enfrentamentos e das construções de força e de aliança de cada bloco. Nas eleições de
274 2010, a bipolaridade não é um desejo, é uma realidade. São dois grandes blocos que se
275 enfrentam, com programas, forças sociais, quadros, objetivos e estratégias contrapostas.

276 Dilma Rousseff representa o aprofundamento do projeto de oito anos do governo Lula. José
277 Serra representa as mesmas forças que protagonizaram os oito anos do governo FHC, que
278 implementou o neoliberalismo no Brasil, governo de que o próprio Serra foi ministro todo o
279 tempo. São dois projetos, dois países distintos, dois futuros diferenciados, para que o povo
280 brasileiro os compare e decida.

281 A CONTEE deve apoiar o projeto de nação representada pela candidatura da Sra. Dilma
282 Rousseff que significa a continuidade e avanço do projeto desenvolvido pelo governo Lula. A
283 luta sindical classista deve ser em defesa de uma sociedade plural, a inclusão social, a
284 participação popular e a valorização do trabalho para que o Brasil se consolide como um país
285 justo e igualitário.

286 **Plataforma dos Trabalhadores:**

287 Reforma tributária socialmente justa, incorporando o princípio da progressividade; Implementar
288 políticas objetivando o Pleno Emprego com a incorporação das parcelas mais pobres da
289 população; redução da informalidade e incremento na renda dos trabalhadores; avançar na
290 reforma urbana com investimentos na qualificação do transporte coletivo, habitação e
291 saneamento.



- 292 - Investir no desenvolvimento das dimensões que são estratégicas para o mundo e que são
293 abundantes no País, tais como solo (alimentos e minérios), água, energia, florestas e
294 biodiversidade, entre outros. O adequado tratamento desse investimento poderá lançar o País
295 para o grupo de liderança mundial.
296
- 297 - Investir na agregação de valor e no adensamento da produção nacional no conjunto das
298 cadeias produtivas.
299
- 300 - Considerar como estratégico para o enfrentamento das desigualdades a política de
301 Desenvolvimento regional, o investimento em educação e a diretriz de equidade, como
302 orientadora das políticas públicas.
303
- 304 - Por uma política nacional de desenvolvimento social e ambientalmente sustentável, que
305 respeite as pessoas, seu modo de vida e sua cultura, que preserve o meio ambiente e a
306 biodiversidade e que resguarde a soberania da Amazônia brasileira.
307
- 308 - Por um Projeto Nacional de Desenvolvimento com distribuição de renda e valorização do
309 trabalho.
310
- 311 Urge colocar na ordem do dia a redefinição do papel do estado Brasileiro como indutor do
312 desenvolvimento social e econômico, com distribuição de renda e valorização do trabalho e,
313 inclusive abrir um processo de revisão das criminosas privatizações ocorridas na história de
314 nosso país.
315
- 316 - Combater o superávit primário.
317
- 318 - Pelo fortalecimento da indústria nacional, incentivo à produção nacional, em especial, nos
319 setores estratégicos, ênfase nas cadeias e redes produtivas.
320
- 321 - Contra o financiamento público às grandes empresas brasileiras que atuam no Brasil e nos
322 países da América Latina, que têm por base um modelo de desenvolvimento insustentável, que
323 aprofunda desigualdades.
324
- 325 - Em defesa da Reforma Agrária e contra o latifúndio.
326



- 327 - Pela aprovação da PEC 438/2001, que disponibiliza terras, onde for constatado o uso de
328 trabalho escravo, para fins de reforma agrária.
329
- 330 - Aprovação da PEC 438/01 contra o trabalho escravo e atualização dos índices de
331 produtividade da terra.
332
- 333 - Pela garantia de uma renda mais justa para os trabalhadores.
334 - Valorização do salário mínimo.
335
- 336 - Fortalecimento da agricultura familiar.
337
- 338 - Criação de mecanismos para a formalização do emprego.
339
- 340 - Combate à terceirização
341
- 342 Combate à discriminação a mulheres, negros (as), LGBT e pessoas deficientes e combate a
343 discriminação de gênero e racial.
344
- 345 - Exigir que o Presidente Lula não vete o fim do fator previdenciário pelo reajuste dos
346 aposentados aprovados na Câmara e no Senado.
347
- 348 - Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução de salários, com a
349 aprovação da PEC 231/95 em debate no Congresso.
350
- 351 - Em defesa da SOBERANIA NACIONAL.
352
- 353 - Lutar ainda mais para “consolidar a atuais diretrizes da política exterior brasileira e contribuir
354 para que ela não apenas prossiga, mas se estenda avance ainda mais”.
355
- 356 - Defesa do Pré-sal 100% para o povo brasileiro, sendo 50% para educação.
357
- 358 - Pela retirada das bases estrangeiras da América Latina e Caribe.
359
- 360 - Pela retirada imediata das tropas dos EUA, do Afeganistão e do Iraque.
361



- 362 - Defesa da autodeterminação dos povos.
363
364 - Contra a desestabilização dos governos democráticos e populares da América Latina, contra
365 os Golpes de Estado, a exemplo de Honduras.
366
367 - Contra a presença da 4ª Frota na América Latina.
368
369 - Pela integração solidária da América Latina.
370
371 - Fortalecimento do MERCOSUL, UNASUL e da ALBA.
372
373 - Defesa da Amazônia como patrimônio nacional, com implantação (289 – 291) de uma política
374 de desenvolvimento social e ambiental sustentável e equilibrado que respeite as pessoas, as
375 etnias, sem modo de vida e diversidades culturais com integração econômica inclusive a
376 pavimentação da BR 163 (Santarém /Cuiabá) com preservação do meio ambiente e
377 biodiversidade, resguardando-se os interesses e a soberania brasileira.
378
379 - Em defesa da DEMOCRACIA.
380
381 - Contra os monopólios e oligopólios midiáticos.
382
383 - Pela universalização da internet de banda Larga a ser administrada pela Telebrás, como
384 forma de democratização da comunicação.
385
386 -Contra a criminalização dos movimentos sociais.
387
388 - Em defesa da cultura livre, que todo o processo de criação e difusão seja livre, garantindo aos
389 sujeitos sociais condições suficientes para criarem e acessarem todos os bens culturais.
390
391 **Referências:**
392 - Pesquisas IPEA
393 - O Manifesto da Coordenação dos Movimentos Sociais, aprovado no ultimo Fórum Social
394 Mundial (Porto Alegre, 2010).
395 - Medeiros, Rodrigo Loureiro.



- 396 - Pochmann, Marcio - presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).
397 - Sader, Emir.